

Brasil fecha acordo e paga juros

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

emitidos em cruzados, com cláusula de correção cambial e, segundo o ministro, apresenta-se como um bom instrumento de "hedge" cambial para ser negociado internamente, no mercado secundário. O Banco Central, conforme explicou, não daria financiamento para esses papéis. Os bônus de saída terão prazo de 25 anos, juro fixo de 6% ao ano e, pelos cálculos feitos, viabiliza, que quatrocentos bancos credores — do universo de cerca de setecentos — eliminem o risco Brasil de seu portfólio. São bancos cujos créditos junto ao Brasil não ultrapassam, individualmente, US\$ 15 milhões.

VÁRIAS OPÇÕES

• O empréstimo novo, de US\$ 5,2 bilhões, oferece aos bancos quatro diferentes opções para facilitar a adesão, que vão desde cofinanciamento do Banco Mundial até subscrição de bônus para recursos novos. Dada a demora das negociações e a complexidade das opções, o ministro da Fazenda estima que a massa crítica (90 a 95% do valor da dívida negociada) só estará preenchida em setembro, com a assinatura dos contratos prevista para outubro. Assim, postergou-se de 16 de julho para outubro o desembolso dos US\$ 3 bilhões negociados em dezembro passado, em acordo interino que buscou acertar o pagamento dos juros atrasados do ano pas-

sado. A primeira parcela de dinheiro novo, no valor de US\$ 4 bilhões, seria desembolsada pelos bancos logo em seguida.

Dois tipos de incentivos foram introduzidos no acordo para atrair a rápida adesão dos bancos ao empréstimo novo. O Brasil vai pagar uma comissão de 0,375% para aqueles que aderirem até o dia 5 de agosto e uma comissão de 0,125% para as adesões até o dia 2 de setembro. Outro atrativo vai permitir aos bancos converterem uma parcela do novo aporte em investimento — o valor global é de US\$ 1,8 bilhão para todo o universo —, fora do sistema dos leilões da conversão. Portanto, a conversão daquela parcela poderá ser feita pelo valor de face do crédito. A conversão será permitida doze meses depois de se atingir a massa crítica de adesão dos bancos ao "pacote" (90% do total) e poderá ser feita durante o período de três anos, dentro do limite mensal de US\$ 50 milhões.

LINHAS DE CURTO PRAZO

As linhas de curto prazo serão recompostas no valor de US\$ 600 milhões. Tanto a linha de financiamento ao comércio quanto a linha do interbancário têm, a partir do acordo, prazo de dois anos e meio para o comprometimento automático dos credores. Essas linhas continuarão sendo usadas para cobrir operações de até 360 dias.

• Sobre o estoque da dívida vencida do setor público vai incidir a aplicação do novo "spread" (taxa de risco) de 0,8125%. O processo é conhecido como "carve-out" e representa para o País uma economia no pagamento do serviço da dívida, neste ano, de US\$ 300 milhões. Com a reprogramação do pagamento de juros de trimestral para semestral haverá também redução no pagamento de 1988, estimada em US\$ 600 milhões. A economia de divisas no período da consolidação (de 1987 e 1993) é de US\$ 2,5 bilhões e passa de US\$ 4 bilhões, até o ano 2007.

• A reestruturação vai trazer para a posição de 1º de janeiro de 1987 todo o saldo da dívida externa já renegociada em acordos anteriores. As amortizações serão pagas em escala progressiva que começa em 2% em 1995 e chega a 10% no ano 2007, mas haverá "down-payment" — pagamento antecipado — em 1991 (de 5% das amortizações que vencem naquele ano), em 1992 (de 10% do principal do mesmo ano) e em 1993 (de 15% do principal que vence no ano). Em 1994, o Brasil começa a pagar o "dinheiro novo" tomado no empréstimo de US\$ 5,2 bilhões.

REEMPRÉSTIMO INTERNO

• O reempréstimo interno ("re-lending") para o setor privado está sujeito a prazo de sete anos, com cinco de carência para os recursos já depositados no Banco Central, e de seis anos com três de carência para o dinheiro novo.

FMI — Os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI), Doris Ross e Eric Clifton retornaram ontem a Washington, após concluir as análises sobre as projeções do governo para o déficit público neste ano.

Nota divulgada pela assessoria de imprensa do Banco Central (BC) informa que os economistas levam à direção do FMI as metas de cumprimento de gastos do governo até setembro e também do déficit operacional de 1988, que deverá ficar em 4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Essa parte do trabalho da missão havia ficado suspensa quando da visita em maio último, diante do fato de que o processo de unificação orçamentária em vigor desde janeiro, entre o BC e a Secretaria do Tesouro, não havia sido concluído. Segundo o BC, nesse período de transição "os acertos dos débitos anteriores do Tesouro Nacional junto ao BC ainda não estavam contabilizados, dificultando a definição da base de referência (dezembro de 1987) para as projeções dos saldos ao longo do ano".

Completado o processo de unificação orçamentária, as despesas de natureza fiscal ficaram restritas ao orçamento geral da União, conferindo total transparência às contas do governo e, como consequência facilitando o controle do déficit público. Assim, segundo esclarece o BC, também o acompanhamento pelo lado do financiamento das despesas públicas foi simplificado pelo sistema anterior.